

----- **ACTA NÚMERO SEIS** -----

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SEIS. -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Geraldès, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa. -----

-----**Eleitos do PS:** Alfredo Guerra Martins, Catarina Alexandra Teixeira Mendes, Joaquim Robalo Amaro, José Martins da Fonseca; -----

-----**Eleitos do PSD:** Acácio Nunes Bernardo Dias, António Luís Nave D`Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira, José Carlos Dias Duarte Gonçalves e Maria Manuela Martins Sampaio; -----

-----**Eleitos da CDU:** Ilda Maria Barroso Leal; -----

-----**Presidentes de Juntas eleitos do PS:** António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas e Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias; -----

-----**Presidentes de Juntas eleitos do PSD:** Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre. -----

-----**O Senhor Presidente Assembleia** após ter verificado que existia quórum deu início à sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 18 presenças, registando-se a ausência da Senhora Deputada Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro, e do Senhor Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria. -----

-----De seguida leu a ordem de trabalhos que, que se transcreve: -----

-----1 - Aprovação da acta da sessão anterior; -----

-----2 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes; -----

-----3 - Período antes da ordem do dia; -----

-----4 - Período da ordem do dia; -----

-----4.1 – Workshop sobre Associativismo; -----

-----4.2 – Ciclo de Conferências “Saúde em Debate” -----

-----4.3 - Informações do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira do município; -----

-----4.4 – Proposta de Regulamento do Cartão Beljovem; -----

-----4.5 – Projecto de Regulamento Municipal de Conservação de Espaços Verdes; -----

-----4.6 – Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2007; -----

-----5 – 2º Período de intervenção dos Senhores Munícipes. -----

-----**1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:** -----

-----**LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2006.** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou a digníssima assembleia que por motivos dos quais a mesa era alheia, a acta da sessão ordinária realizada em 30 de Junho não tinha sido elaborada, tendo proposto que ponto referente à aprovação da mesma fosse retirado da ordem de trabalhos. -----

-----Tendo sido aprovado por unanimidade, retirar o ponto 1 - Aprovação da acta da sessão anterior da ordem de trabalhos .-----

-----De seguida informou a Assembleia da recepção de um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no qual solicitava a indicação do representante dos Senhores Presidente de Junta de Freguesia ao Congresso Extraordinário da ANMP.-----

-----Pelo que propôs à votação, a inclusão na ordem do dia deste ponto, tendo a Assembleia deliberado por maioria incluir o ponto supra citado na ordem de trabalhos. ---

-----Informou ainda que o ponto em questão iria ser incluindo no período da ordem do dia, passando a ser o ponto 4.1., ficando a ordem de trabalhos com a seguinte ordem: -----

-----1 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes;-----

-----2 - Período antes da ordem do dia; -----

-----3 - Período da ordem do dia; -----

-----3.1 – Eleição do representante dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia ao congresso extraordinário da ANMP; -----

-----3.2 – Workshop sobre Associativismo; -----

-----3.3 – Ciclo de conferências “Saúde em Debate” -----

-----3.4. – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município; -----

-----3.5 – Projecto de Regulamento do Cartão Beljovem; -----

-----3.6 – Projecto de Regulamento Municipal de Conservação de Espaços Verdes; -----

-----3.7 – Fixação do Imposto sobre Imóveis para o ano de 2007; -----

-----4 - 2º Período de intervenção dos senhores munícipes. -----

-----**2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente, tendo intervindo os Senhores Munícipes João Carlos dos Santos e Paulo Cariano. -----

-----O Senhor Município João Carlos dos Santos questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente à necessidade de colocação de uma rede de vedação no pátio da Escola de Fonte do Ruivo uma vez a que a existente é de dimensão insuficiente para a segurança das crianças que a frequentam. Questionou também se já tinha sido encontrada uma solução para o problema do prolongamento do horário das escolas uma vez que até á presente data nada tinha sido resolvido e a actual situação é incompatível para pais porque têm os seus empregos e é incómodo para as crianças que ficam sozinhas a aguardar que alguém as vá buscar. -----

-----O Senhor Paulo Cariano perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha alguma informação no que concerne às refeições dos alunos uma vez que tinha sido assumido pela autarquia o fornecimento destas, e que até a data isso ainda não se verificou. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que relativamente ao problema da rede o mesmo iria ser resolvido em breve. No que concerne às restantes questões nomeadamente ao fornecimento das refeições, esclareceu que toda a informação estava na posse dos pais das crianças, a qual tinha sido enviada recentemente. -----

-----**2 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia. -----

-----**A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU)** apresentou uma moção. -----

-----**“Moção:**-----

-----Considerando que se encontram pendentes na Assembleia da República iniciativas legislativas com vista à revisão da Lei das Finanças Locais; -----

-----Considerando que, de entre elas, a proposta de lei elaborada e aprovada pelo Governo se propõe reformular o sistema de financiamento das autarquias, assim como, aspectos essenciais da sua autonomia e mesmo das suas atribuições; -----

-----A Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em 29 de Setembro de 2006, delibera: -----

-----1. Investir na necessidade imperiosa de serem respeitados os princípios constitucionais vigentes relativamente à autonomia do poder local e ao regime de distribuição dos recursos públicos, a saber: -----

-----a) Proibição de toda e qualquer forma de tutela que exceda as previstas na CRP – inspectiva e de controlo da legalidade, esta exercida, em última instância, pelos tribunais (em democracia e quanto a órgão eleitos, a tutela de mérito cabe, em exclusivo, aos cidadãos); -----

-----b) Respeito pela dignidade constitucional da lei das finanças locais enquanto forma privilegiada de fixar e regular a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias, promovendo a solidariedade e a coesão territorial. -----

-----2. Defender que se inverta a rota que vem sendo seguida, no sentido do sub-financiamento e do estrangulamento financeiro das autarquias, percorrendo-se antes o caminho inverso, rumo à aproximação do nível de descentralização da gestão dos recursos públicos (8% do total) da média (22%) dos países da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico. -----

-----Mais delibera:-----

-----3. Manifestar a sua mais profunda indignação pelas variadas formas de tutela que o Governo inclui na sua proposta de Lei; -----

-----4. Protestar contra o alargamento do mecanismo da consignação de receitas (de certas tarifas) e a sua generalização a parte substancial dos recursos públicos afectos às autarquias (Fundo Social Municipal), forma por excelência, de exercer tutela administrativa e de gestão contra a autonomia; -----

-----5. Repudiar a redução, pelo segundo ano consecutivo para os municípios e agora também as freguesias, do volume global dos recursos postos à sua disposição em montante pelo menos igual ao da inflação e lamentar que o Governo insista em apelidar de «neutra» uma medida deste tipo; -----

-----6. Condenar a introdução de critérios e princípios – como o do financiamento através de uma parcela do IRS cobrado no território – que (e para além de outros), inexoravelmente, enriqueçam as mais ricas e empobrecam as mais pobres das autarquias locais (municípios e freguesias), diminuindo fortemente os laços de solidariedade e os seus efeitos na coesão territorial e tornando insustentáveis mais de 1/3 dos municípios e muitas centena de freguesias; -----

-----7. Denunciar o expediente dilatatório que consiste em atirar para as calendas das próximas eleições (2009) os efeitos mais significativos das medidas draconianas propostas; -----

-----8. Rejeitar novas atribuições sem o necessário e adequado financiamento, nomeadamente a responsabilidade pelos centros de saúde, transporte de doentes, certas prestações sociais e outras que, encapotadamente e à margem do instituto legal correspondente, a proposta de lei do governo visa transferir sem contrapartidas para as autarquias. -----

-----Delibera, por, fim: -----

-----9. Condenar as tentativas de, com os mais variados pretextos, pôr autarquias contra autarquias e iludir e prejudicar a solução necessária da questão essencial da injusta

repartição dos recursos públicos entre o poder central e poder local ou seja da extrema e injustificada centralização do Estado que a proposta de lei do governo visa alargar e reforçar;

-----10. Apoiar e fazer suas as reivindicações sucessivas dos congressos das associações nacionais de municípios e de freguesias, no sentido de serem reforçados os meios postos à sua disposição, de serem garantidos recursos mínimos que permitam o financiamento destas instituições e a satisfação dos fins para que foram criadas; -----

-----11. Apoiar os esforços da ANMP no sentido de encontrar formas de luta contra a proposta de lei de finanças locais apresentada pelo governo e apelar ao presidente e à maioria do conselho directivo da ANAFRE para que se solidarizem com esses esforços e trabalhem pela concretização das justas aspirações das freguesias expressas legitimamente nos seus congressos. -----

-----E tudo o que delibera fá-lo, não pelo ente público abstracto (município ou freguesia) ou pelo órgão em si, mas pela população que representa e cujos interesses, por imperativo legal e constitucional, deve defender acima de tudo e que, a ganhar forma de lei a proposta do governo, se veria esbulhada do direito a determinar as opções dos que elege para gerirem o seu território, dos recursos necessários à manutenção das funções urbanas essenciais à vida colectiva e, em última instancia, de parte dos seus recursos financeiros pessoais, uma vez que seria chamada a pagar de novo a manutenção das ruas, praças e passeios, dos largos e jardins e de todas as utilidades modernas que é suposto serem suportadas pelos impostos pagos pelos cidadãos. -----

-----A Eleita da CDU”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao período de discussão da moção apresentada.-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente à moção apresentada disse o seguinte: -----

-----“Relativamente a esta moção sinto-me ligeiramente ofendido com este texto, porque não é para eu entender, não me tenho como mentecapto como iliterato, mas não percebi nada da moção. Havia um método antigamente que era o de prolongar as assembleias até às 4 horas da manhã para que tudo caísse de cansaço, pois esta moção aqui apresentada mistura «alhos com bugalhos» a propósito de uma proposta de lei de finanças que está a de vir aí, que não existe, que ainda hoje os órgão de comunicação social diziam que estava em discussão, ainda, hoje o governo dizia que aceita alterar como principio desde que se justifique, nomeadamente por sugestões da ANMP, o que é democrata. -----

----- O partido socialista é um exemplo de democracia, e não tem comparação com outros partidos do nosso quadrante político. -----

----- Sugiro que a senhora deputada nos distribua o texto da moção porque é absolutamente ininteligível assim verbalmente. A senhora deputada tem para aqui vários pontos em termos de moção, fala de insistir e respeitar os preceitos constitucionais, e não diz quais são e que foram violados por esse projecto de lei, fala sobre tutela e o que é que a senhora deputada deseja relativamente a tutela, gostaria de saber. Fala de falta de respeito e gostaria onde é que o projecto de lei falta ao respeito e a quem. -----

-----Relativamente à ANMP esta é uma entidade muito meritória, mas teremos que considerar que é de todo desastrada a atitude do seu Presidente, no que respeita ao projecto de lei das finanças locais, sendo esta clara e explícita uma vez que, irá manter-se o volume das verbas destinada aos municípios em termos globais, porque como governo socialista que é, aproveita o ensejo de corrigir algumas injustiças que existiam.

Nomeadamente os municípios do litoral, do norte litoral e do Algarve, tem um índice de novas construções enormes que em alguns casos trata-se de segundas habitações que não estão isentas de impostos municipais como acontece no Algarve. Assim, o governo cria um fundo de compensação que vai penalizar esses municípios, que, são 70 em detrimento de municípios como o de Belmonte, onde não há segundas habitações, onde temos uma política de incentivos aos jovens, onde temos uma taxa de imposto sobre os imóveis extremamente baixa a rondar o mínimo permitido por lei. São os municípios como o do Algarve e do litoral que vão sofrer com a nova lei das finanças locais, porque os municípios mais pobres, menos povoados vão receber verbas do fundo de compensação que não recebiam em tal volume pelo sistema antigo (FEFE). -----

-----Moções destas atenta contra a nossa dignidade, ponham-nos moções que se entendam, não queiram que as aprovemos às cegas, por tudo isto o grupo parlamentar do PS, vota desfavoravelmente a moção apresentada pela CDU". -----

----- **O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) no uso da palavra disse o seguinte:-----

-----“Par quem começou por ouvir a anterior intervenção dizendo que, não tinha percebido nada do que tinha sido dito e que havia estratégias especiais de alguns intervenientes nestas assembleias para prolongar sessões por forma a que as pessoas por desistência e desanimo a abandonassem, este foi um claro exemplo disso mesmo. Numa situação mais clara e mais grave quando assistimos anteriormente a intervenções de munícipes, a colocar questões importantíssimas e sobre as quais a bancada do PSD já disse que gostaria de fazer intervenções, pareceu-nos que foi uma estratégia muito clara de provocar a estes munícipes uma ideia de que esta assembleia não serve para discutir os seus problemas, mas os problemas que cada um de nós se lembra de trazer para aqui. Em relação à moção apresentada o PSD abastem-se porque não faz qualquer sentido. -----

-----**A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) ainda relativamente à moção disse o seguinte: -----

-----“Nós estamos do lado do poder democrático, dos municípios e das freguesias, e sobretudo estamos ao lado das populações. Pois com menos dinheiro para as autarquias é menos obra pública e mais encargos para os cidadãos. Não estamos com esta moção a dirigir-nos em especial a este ou aquele município, mas a exigir um país mais descentralizado. Em 2007 alguns municípios já vão receber menos verbas do orçamento de estado e a partir de 2009 todos vão receber menos. Pesem no caso de Belmonte e pensem no IRS que se paga neste município.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) no seguimento do esclarecimento feito pela Senhora Deputada da CDU disse o seguinte: -----

-----“Continua o esclarecimento da senhora deputada absolutamente mingado e insuficiente. Se queriam o país descentralizado tivessem votado a regionalização. Relativamente a Belmonte, tenho a informar a senhora deputada que faça bem as contas pois este município irá receber mais do que recebia.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria votar a moção. -----

-----Tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria rejeitar a moção, com 10 votos contra do PS, com 1 voto a favor da CDU e com 7 abstenções do PSD e 1 do Senhor Deputado Joaquim Amaro. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre. -----

----- **O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves** Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre interveio dizendo o seguinte: -----

-----“É urgente o prolongamento de horário e as refeições para o Jardim-de-infância e 1º Ciclo do Colmeal da Torre. Caso contrario os pais vêm-se obrigados a trazer os filhos para o Centro Educativo de Belmonte ou para os Jardins-de-infância particulares, trazendo isso custos e dificuldades aos mesmos. Com isto estamos a acabar com o que há de bom nas aldeias, ou seja, com as escolas, jardins-de-infância e com aqueles que lhes dão vida.” ----

-----De seguida deu a palavra ao Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas. -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) relativamente à votação das moções disse o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar, dizer que o problema da educação é um problema não só nacional, mas também um problema do concelho. O PSD, acerca de quatro anos, fez uma visita generalizada a todas escolas do 1º ciclo do concelho de Belmonte, onde detectou e alertou para os problemas existentes em cada uma delas, fazendo chegar essa informação à Câmara Municipal. Exige-se que, a cada ano, sejam resolvidos os problemas que vão surgindo sendo certo que alguns destes se vão arrastando ao longo dos anos sem que a solução seja dada, umas vezes porque a estratégia não os contempla, outras vezes porque não há meios. ----

-----A questão particular de Caria, no que diz respeito ao 1º ciclo, necessita urgentemente de um Centro Educativo que permita a concentração de meios, para que possa ser possível dar um serviço generalizado de apoio aos alunos e à componente familiar, que vá desde as 7:30 às 18:00 horas. É imperioso e urgente que se faça um centro educativo em Caria dotado de todas as infra-estruturas necessárias ao seu bom funcionamento que contemple todas estas valências. Caria merece tanto apoio na componente á família como Belmonte ou outra freguesia qualquer. -----

-----Em termos de sugestão, sou da opinião que um centro educativo seria perfeitamente enquadrável naquilo que é hoje a Casa da Torre de Caria. No meu entendimento a Casa da Torre terá melhor utilização como centro educativo, do que servir de mais um museu ou outra qualquer infra-estrutura semelhante.-----

-----No que diz respeito ao pré-escolar, o público e o privado devem coexistir em igualdade de circunstâncias competindo pela qualidade, devem, ser dadas às famílias a possibilidade de ter o seu filho no privado ou no público e que essa opção seja feita tendo em conta a qualidade e não qualquer outro critério. Se há matéria onde não é possível poupar é na educação.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente às questões trazidas a debate pelos senhores munícipes coube dizer o seguinte: -----

-----“Relativamente aos problemas trazidos a esta assembleia pelos ilustres munícipes que são deveras bastante preocupantes merecem todo o nosso empenho na sua resolução. Já tivemos oportunidade de pôr á consideração da câmara o facto das mães não terem disponibilidade de levar e buscar seus filhos á escola por não terem onde os deixar. As contribuições dos senhores munícipes são sempre muito úteis, tenho a certeza que o senhor presidente irá fazer o melhor que puder relativamente a este assunto.”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** alertou os munícipes presentes que teria de tomar providências caso estes continuassem a intervir e a aplaudir, uma vez que não o podem fazer ao abrigo do regimento da assembleia municipal. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e posteriormente à Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** relativamente às preocupações levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre disse, que estava perfeitamente de acordo com as preocupações por ele expostas. -----

-----**A Senhora Deputada** Maria Manuela Martins Sampaio na sua intervenção perguntou ao senhor presidente da câmara municipal em que ponto estava a carta educativa do concelho de Belmonte? De seguida disse o seguinte:-----

----- “Porque se já se tivesse começado a trabalhar á mais tempo na carta educativa com certeza muitos destes problemas não teriam vindo aqui hoje. Isto já era previsível desde que os governos começaram a passar para as autarquias parte da responsabilidade na educação, começaram a passá-la com o pré-escolar e com o 1º ciclo e vão passa-la cada vez mais. Se realmente os autarcas continuam a considerar que a educação não lhes diz respeito, e, que isso é um problema do ministério e das escolas, estão muito enganados, porque o problema vai ser cada vez maior nas autarquias. Tenham consciência disso, preparem-se, porque o problema que hoje é médio, já foi mínimo e vai ser ainda de maior dimensão. -----

----- Todas as políticas do governo apontam nesse sentido pelo que deveria, as próprias câmaras terem um vereador a tempo inteiro que acompanhasse esta matéria, porque a educação é demasiado importante para ser tratada tão superficialmente. De certeza que as imposições vão continuar e os encargos com a educação vão aumentar. Se o governo tenciona ou não cumprir com a sua parte do acordo, contribuindo com a componente financeira correspondendo ao assumir de responsabilidades das autarquias, eu não sei. Os senhores presidentes de câmara e as associações de municípios poderão resolver esse assunto e saberão melhor do que eu, mas uma coisa eu vos posso garantir que as responsabilidades da educação vão caber cada vez mais aos municípios e cada vez menos ao poder central, é bom que as pessoas tomem consciência disso. -----

-----É lamentável que tenham que vir os próprios pais a pôr estes problemas a uma assembleia, quando existe uma comissão de pais. Estes problemas devem ser tratados de instituição para instituição e se houver realmente uma associação de pais forte, que pudesse representar e dialogar de igual para igual de instituição para instituição, com certeza o problema seria posto doutra maneira porque é natural que os pais queiram ver os problemas dos seus filhos resolvidos.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a carta educativa está a ser feita em parceria com a associação de municípios da Cova da Beira. -----

-----**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte no que concerne á matéria em debate esclareceu o seguinte: -----

-----“A minha intervenção neste momento justifica-se apenas pela crítica positiva que a Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio fez á Associação de Pais. Reconheço que a Associação de Pais não tem muita força sendo também responsabilidade dos próprios pais, porque quando há assembleias são poucos os que aparecem. Por outro lado, quero aqui fazer uma crítica aos parceiros da comunidade educativa que também ajudam a retirar a força á Associação de Pais, neste caso concreto, a câmara municipal e o agrupamento de escolas trata de assuntos que dizem respeito á comunidade educativa deixando a Associação de Pais para um segundo plano, acabando esta por parecer quase incomodar em determinadas circunstâncias. Na minha opinião este tipo de problemas, que são legítimos, deveria ser apresentados nos locais próprios.”-----

-----De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar ao ponto do período da ordem do dia. -----

-----**3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----3.1 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA AO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ANMP. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que se iria proceder a um intervalo de 5 minutos. Retomados os trabalhos o Senhor Presidente Assembleia perguntou aos Grupos Parlamentares quais os candidatos que cada um iria apresentar. -----

----- --A bancada do PSD e da CDU disseram que não iriam apresentar nenhum candidato, por sua vez a bancada do PS referiu que apresentava o Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a votação iria ser feita por escrutino secreto, uma vez tratar-se de uma eleição nominal, nos boletins de voto devem ser inscritas as palavras Sim ou Não ou voto em Branco. De seguida procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia Municipal isoladamente, entregou-se o respectivo boletim de voto, e procedeu-se à votação. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, eleger o Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, com 10 votos Sim, 4 votos Não e 4 em Branco. -----

-----3.2 – WORKSHOP SOBRE ASSOCIATIVISMO -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** começou por dar a palavra ao O Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas (PSD). -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) relativamente ao ponto em discussão disse o seguinte: -----

-----“A bancada do PSD congratula-se com o agendamento deste Workshop sobre Associativismo, em boa hora a mesa entendeu que se trata de um assunto relevante que pretende dotar o associativismo de uma jornada de trabalho que permita, não só poder apreciar a forma como o município apoia as colectividades, da maneira como o faz e da forma como entende que venha a ser apoiado no futuro. Pretende também munir o associativismo em Belmonte de estímulos para a persecução dos objectivos, nomeadamente, através de apoios que existam, de figuras nacionais ou regionais que possam vir a dar algumas informações adicionais aos membros dos actuais corpos directivos das associações e também àqueles que não o sendo possam vir a estar interessados no futuro. -----

----- Julgamos que é uma área interessante que deve ser contemplada com instrumentos para que o associativismo possa ser mais pujante no futuro. A nível municipal e das colectividades que temos é também necessário ter instrumentos que lhes permitam saber a que projectos se podem candidatar, como faze-lo e como obtê-lo de uma forma clara e transparente, para que as colectividades não sintam que umas são prejudicadas e outras beneficiadas e para que possa haver uma maior clarificação na atribuição de apoios da autarquia.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente ao ponto em discussão coube-lhe dizer o seguinte: -----

----- “Desde início que o grupo parlamentar do PS viu com muita simpatia este interesse pelo associativismo, que já teve um primeiro sinal na última assembleia e agora se vai concretizar neste Workshop. O associativismo «é pedra angular» da manifestação dos anseios das populações. Uma vez que hoje temos tão numerosa assistência, eu, faria um apelo a todos para que promovam e acompanhem o associativismo. Ainda á pouco tempo foi fundada a primeira associação da juventude em Belmonte, o que muito nos agradou, gostaríamos de ter também notícias de outras associações, nomeadamente, no campo dos

interesses económicos já que as associações de ordem desportiva e cultural estão activas neste concelho.” -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) interveio dizendo que: -----

-----“A propósito da Associação Belmonte em Movimento tem sido apregoado que é a primeira associação de juventude, mas se a memória não me falha a primeira associação de juventude a ser criada no concelho de Belmonte foi a associação de juventude de Maçainhas. Foi esta a dar o primeiro passo nesta tipo de associações há muitos anos atrás, não tira mérito nem acrescenta mérito a esta nova associação «mas o seu a seu dono».” -

-----**A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Saúdo a ideia da realização tanto o Workshop como o ciclo de conferencias referido no ponto seguinte da ordem de trabalhos, desejo que se venha a concretizar e que não aconteça como no mandato anterior, em que chegou a haver bastantes reuniões da comissão para preparar um debate sobre o emprego e o desenvolvimento em Belmonte e depois, sem se perceber, nada se concretizou.” -----

-----**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre como está a decorrer a intervenção no Polidesportivo de Belmonte, tão necessário a qualquer associação. -----**O**

Senhor Presidente da Câmara respondeu à questão colocada dizendo que:

-----“É sabido que o Polidesportivo de Belmonte foi alvo de vandalismo de várias formas, pelo que já foi feito o levantamento dos trabalhos necessários á sua requalificação e por sua vez, feito um ajuste directo para essa intervenção, pelo que, durante o mês de Outubro o assunto deverá ficar resolvido.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, em primeiro lugar, congratulava-se, em nome da mesa, pelo facto deste assunto ter sido tratado também na comissão permanente e pelo facto de ser um assunto que interessa a todo o concelho e particularmente aos jovens. Referiu que, como dirigente associativo de longa data, não poderia de maneira nenhuma deixar cair este assunto.-----

-----Relativamente ao ponto seguinte, Ciclo de conferências “Saúde em Debate”, disse entender que a saúde era um problema que preocupa a todos nós, assim sendo, que poderia começar o ciclo de conferências pela saúde. Acrescentou que na comissão permanente propôs a realização de três conferências, a que deu o nome de “Via verde, esperança de vida”, “adolescência e sexualidade” e “cidadania e saúde”. Informou ainda que a primeira iria ser realizada no dia 2 de Dezembro e relativamente às restantes disse que em princípio na próxima assembleia municipal seria possível dizer as datas da sua realização. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que se iria passar ao ponto 3.4. – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município. -----

-----3.4 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** começou por dar a palavra ao Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas. -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Sobre a actividade do município referir dois pontos: -----

-----Em primeiro lugar, constatar que foi dado um novo destino ao estudo para a Casa da Torre de Caria, e, dizer que continuamos a discordar da utilidade que a câmara entende para esta. Sendo para nós uma visão estratégica, podendo admitir que a opção tomada pelo executivo seja a mais correcta, entendemos que de facto muitas outras alternativas seriam

possíveis para transformar aquele edifício numa unidade que servisse as populações, nomeadamente, na questão da saúde, na questão da hotelaria ou qualquer outra. Entendemos que esta não é uma utilidade que possa ser a mais útil. Em segundo lugar, dar os parabéns ao executivo pelo excelente trabalho que efectuou na Escola de Musica de Belmonte, porque transformou uma escola do 1º ciclo numa excelente escola, com excelentes condições para o ensino da música. Julgamos que a escola de música presta um serviço que não é oferecido por nenhuma outra colectividade, que necessitava para persecução dos seus objectivos daquele edifício e o executivo soube adequar o edifício correctamente aquilo que era pretendido. -----

-----Constanei que o último ponto da informação do Senhor Presidente da Câmara fala da Feira Medieval. A Feira Medieval começa a ser um ex-libris do Concelho de Belmonte e uma feira de referência. Importa também apontar algumas falhas na sua concretização, nomeadamente, o facto de não existir nenhum estudo de sensibilidade ou de satisfação para aferir do grau de satisfação das pessoas que a visitam, do grau de satisfação das pessoas que expõem e da população em geral, ou seja, diz aqui que foi visitado por milhares de pessoas, mas não é possível quantificar quantos milhares. É possível com dados e com trabalho do conselho de administração aferir exactamente quantos pessoas a visitaram a feira. Isto dá uma dimensão á feira, que deve ser tratada estatisticamente, para que no ano seguinte ela possa ser ainda melhor. Não foi feito nenhum inquérito aos expositores para aferir do seu grau de satisfação, para saber as deficiências encontradas e as vantagens encontradas, para que no ano seguinte a feira possa ser ainda melhor. Só é possível melhorar a feira se for feito um trabalho sério e científico de gestão, que possa aferir todos estes parâmetros e melhorar a feira no ano seguinte. Existem falhas ao nível da tipicidade, não basta que na feira se vistam umas quantas pessoas de trajes “esquisitos” para dizer que a feira é medieval, isso implica que todas as pessoas se trajem com elementos típicos da época que se quer retratar, com rigor histórico que é para isso que os visitantes aqui se deslocam. -----

-----Ainda relativamente á escola de música, queria fazer um reparo porque entendemos que é inadmissível que esta e outras colectividades não sejam integradas na Feira Medieval. É importante que as colectividades deste concelho sejam integradas e apoiadas para que possam trazer uma mais valia á feira, com gente e população do Concelho do Belmonte. --

----- Na área da dramatização assistimos a uma data de espectáculos com actores que vieram retratar o ambiente de uma feira medieval. Quanto á sua contratação, penso que era desnecessária uma vez ser possível atribuir esta valência às colectividades do concelho e acredito que estas têm capacidade para o fazer, com a devida preparação. É também inadmissível que não tenha havido uma única banca com produtos kocher e outros, que representasse a comunidade judaica.” -----

-----**O Senhor Deputado** Francisco António Afonso Barata Silveira (PSD) na sua intervenção disse o seguinte: -----

-----“A minha intervenção divide-se em dois pontos, ambos relacionados com a actividade municipal e situação financeira do município. -----

-----Em primeiro lugar, tendo passado já quase um ano de mandato deste executivo e analisando a informação que nos é fornecida, verifico que há uma série de obras e empreendimentos anunciados e até propagandeados que não aparecem na referida informação. É verdade que ainda temos pela frente três anos de mandato, mas também sabemos que a maioria destas obras já estavam anunciadas há bastante tempo. Assim, perguntava ao senhor Presidente qual a situação concreta das seguintes obras e projectos que passo a enunciar: -----

- 1ª - Variante leste a Caria, Broco e Santo Antão; -----
- 2ª - Nova Ponte de São Sebastião, cujo projecto estava em fase aprovação em 2005;
- 3ª - Execução do Parque empresarial de Caria; -----
- 4ª - Construção do pavilhão gimnodesportivo coberto de Caria;-----
- 5ª - Abertura do centro de saúde aos sábados domingos e feriados com alargamento de horário já aprovado em 2005;-----
- 6ª - Parque de mercados e feiras na Vila de Belmonte;-----
- 7ª - Construção da biblioteca da rede pública, cuja pré-candidatura já estava aprovada em 2005; -----
- 8ª - Construção do complexo desportivo municipal; -----
- 9ª - Construção da via paralela à Pedro Álvares Cabral em Belmonte;-----
- 10ª - Construção da via estruturante oeste a Belmonte; -----
- 11ª - Construção do centro coordenador de transportes da Vila de Belmonte;-----
- 12ª - Criação de circuitos pedonais e de ciclo turismo; -----

-----Relativamente ao segundo ponto da minha intervenção prende-se com recente aquisição de uma viatura presidencial por parte da câmara municipal de Belmonte e que gostaria de ver esclarecidas as seguintes questões:-----

-----1º - Qual a razão porque decidiu comprar uma nova viatura, será que a anterior tinha algum problema? -----

-----2º - Qual o custo desta viatura ao município? -----

-----3º - Se era necessário adquirir um nova viatura, não era possível comprar uma menos dispendiosa, por valores mais modestos?-----

-----Finalmente com todo o respeito que vossa Exa. me merece deixe-me exprimir a minha opinião acerca deste assunto:-----

----- Numa época em que são pedidos sacrifícios a todos os cidadãos, em que é pedido contenção nas despesas das autarquias, em que concelho de Belmonte atravessa uma profunda crise económica, em que há uma percentagem elevada de concidadãos nossos desempregados, em que o simples munícipe tem um carro modesto estacionado á porta de casa porque não tem dinheiro para a gasolina, parece-me completamente despropositado e imoral que o Presidente da Câmara Municipal de Belmonte se desloque numa viatura, de luxo, adquirida com dinheiros públicos. Este é o meu sentimento, quero acreditar que é o de muita gente aqui presente e certamente o dos munícipes do concelho.” -----

-----**A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) no que concerne a actividade municipal disse: -----

-----“O ponto quatro da informação do senhor presidente fala da remodelação de uma sala para actividades no Centro Educativo de Belmonte, o que é um bom começo, mas não esquecer que é também preciso resolver o problema do aquecimento e do isolamento acústico adequado. Além disso, continuam a ser necessárias intervenções de fundo para que se ultrapassem alguns problemas, nomeadamente, a construção de um pequeno polivalente, a criação de um espaço coberto exterior e também, a criação de condições no recinto exterior para que se ultrapasse o problema da lama e do pó. -----

-----Gostaria também que o senhor presidente me esclarecesse qual é a situação relativamente ao encerramento da escola de Belmonte-Gare, uma vez que as crianças desta localidade são transportadas de uma forma ilegal pela mãe de um dos miúdos. Dado que a responsabilidade do transporte das crianças é uma obrigação por lei da autarquia, será que não há uma maneira de resolver esta situação condignamente? O que está em causa são os direitos das crianças. -----

-----Gostaria que me esclarecesse se a Câmara Municipal e o IPPAR têm conhecimento do movimento de terras e da destruição do coberto vegetal que está a ser levado a cabo junto á estação arqueológica da Quinta da Fornea? Em caso afirmativo, gostaria de ser informada se este tem alvará de licenciamento, qual o seu âmbito e enquadramento em termos do PDM de Belmonte?” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

-----**O Senhor Presidente da Câmara** começou por responder às questões que lhe foram colocadas pelo Senhor Deputado Francisco António Afonso Barata Silveira (PSD), pelo que disse o seguinte: -----

-----“A variante leste a Caria, Broco e Santo Antão, é um projecto que está a ser equacionado na revisão do PDM. -----

-----O parque industrial de Caria não passou do projecto porque ainda não existe cobertura financeira e por sua vez não se esgotaram os lotes no parque empresarial e industrial em Belmonte – Gare. -----

-----A cobertura do gimnodesportivo de Caria foi do entendimento da assembleia de freguesia que não era a obra prioritária e mais conveniente no conceito das pessoas de Caria. Em relação a biblioteca municipal é um projecto que está parado porque não há fundos disponíveis por parte da câmara para fazer face a uma obra desta envergadura nesta altura. -----

-----A construção da via estruturante oeste a Belmonte é uma obra da responsabilidade do IEP, embora tenhamos vindo fazer diligências no sentido que avance o mais rapidamente possível é nos dito que não existe disponibilidade financeira deste instituto para a sua execução. -----

-----No que concerne ao complexo desportivo municipal ainda não há cobertura financeira completa e por sua vez, com a alteração da sua localização, será necessário aguardar pela revisão do PDM. -----

----- A via paralela á Pedro Álvares Cabral em Belmonte já tem projecto aprovado, encontrando-se numa fase de expropriação e a seguir os trâmites normais.-----

----- Em relação á aquisição da viatura por parte deste executivo, informo que, tem sido habitual trocar de viatura, mais ou menos, de quatro em quatro anos, derivado ao seu desgaste. A anterior viatura começou por ter alguns problemas e chegou-se á conclusão que os custos de manutenção eram elevados, uma vez já ter atingido o seu tempo de vida útil, por isso achou-se por bem proceder á sua substituição. Devo dizer-lhe que a actual viatura teve um custo aproximado de cerca de 45.000 euros, o próximo do valor que tinha custado a anterior já há quatro anos e além disso, é um veículo que está ao serviço do executivo municipal e da assembleia municipal se for necessário.” -----

-----**O Senhor Deputado** Francisco António Afonso Barata Silveira (PSD) esclareceu que não quis, com a sua intervenção, ofender o Senhor Presidente, pois se é aquele tipo de viatura que lhe oferece condições de segurança não põe em causa, mas certamente haveria viaturas mais baratas que também lhe ofereceriam as mesmas condições, há que ter em conta que foram os dinheiros públicos que foram utilizados na sua aquisição. -----

-----**O Senhor** Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas pronunciou-se da seguinte forma: -----

-----“No que toca a dinheiros públicos, queria lembrar que, a câmara municipal há bem pouco tempo adquiriu uma retro-escavadora nova e ninguém questionou o seu custo, pelo que acho ser de todo despropositado por em causa a aquisição de uma viatura que irá estar ao serviço do executivo.”-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente ao ponto em debate disse o seguinte: -----

-----“A questão do automóvel é uma não questão. Toda a gente sabe que não se trata de comprar um carro para o Senhor Amândio Melo, trata-se de comprar um carro para o presidente do Município de Belmonte. Município a que nós pertencemos e que não queremos ver enxovalhado com uma “lata velha” em qualquer lado onde o presidente da Câmara Municipal de Belmonte vai em representação do município. É uma questão de dignidade que tem o seu preço. Outra coisa porém, era se porventura para o novo centro de informática de Caria, fossem comprar computadores da antepenúltima geração. Folgo saber que Caria irá ter um centro Internet e espero que seja equipado com a última tecnologia, como, desejo também, que o senhor presidente faça boa figura transportando-se numa viatura condigna.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** por último respondeu às questões colocadas pela Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) dizendo que: -----

-----“Relativamente às necessidades de intervenções no Centro Educativo, estou plenamente de acordo da existência das necessidades. No que concerne aos transportes das crianças, a rede está a funcionar e eles existem. -----

-----Em relação ao encerramento da escola de Belmonte – Gare, oficialmente, ainda não nos foi comunicado nada acerca desta situação. -----

-----Quanto às obras na Quinta da Fornea, que a senhora deputada refere, dizem respeito ao regadio, pelo que não tenho conhecimento do licenciamento de obras para aquela zona e se as houver são claramente clandestinas.” -----

-----**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, relativamente ao encerramento da Escola de Belmonte – Gare, disse:-----

-----“Não vou aqui discutir o encerramento das escolas porque, pessoalmente, entendo que cada caso é um caso, e, não podemos comparar uma escola que está 2 km de um centro educativo com uma outra que esteja a uma maior distancia. Penso que a realidade é diferente. O encerramento desta não me choca nada, porque há males que vêm por bem e as crianças de Belmonte – Gare só têm a ganhar com a sua deslocação para a escola de acolhimento uma vez que partem num plano de igualdade com as outras de Belmonte. Em relação aos transportes temos estado atentos e a aguardar que este problema venha a ser resolvido com a maior brevidade.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que iria passar ao ponto seguinte. ---

-----**3.5 – PROJECTO DE REGULAMENTO DO CARTÃO BELJOVEM;** -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) começou por dizer o seguinte: -----

-----“Congratulamo-nos com a apresentação deste regulamento, sem dúvida é uma mais valia para a camada jovem deste concelho pelo que votaremos favoravelmente.”-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse: -----

-----“Do mesmo modo queremos congratular todas estas facilidades e incentivos á juventude do conselho de Belmonte e tudo quanto possa tornar o concelho mais atraente, merecerá sem duvida o nosso apoio. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o projecto de regulamento do cartão Beljovem.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que iria passar ao ponto seguinte e que estavam abertas as inscrições. -----

-----3.6 – PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES;-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) sugeriu que no artigo sexto, primeira linha deste, onde se lê “os trabalhos que envolvam abertura de valas junto de arvores, para equipamentos de rede eléctrica, telefónica etc...”, se acrescente “mesmo que para equipamentos de rede eléctrica telefónica etc...”-----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Se projectarmos a área que ocupa as folhas deste regulamento, provavelmente, será superior á área de espaços verdes que o concelho de Belmonte tem. De qualquer forma se o município entende que necessita de um regulamento deste género, votaremos favoravelmente a proposta.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** pôs à votação o regulamento municipal de espaços verdes, pelo que a Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade o regulamento. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que iria passar 3.7 – Fixação do Imposto sobre Imóveis para o ano de 2007; -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse: -----

-----“Relativamente às taxas de IMI e IMT iremos votar, como propõe a câmara, pela manutenção das taxas aprovadas o ano passado. Diremos que estas taxas são do mais baixinho que se vê por aí. A lei diz que a taxa dos prédios rústicos é fixa de 0,8%, sobre os prédios urbanos é entre 0,4% e 0,8%, neste caso, fica em 0,6% que é a taxa intermédia. Relativamente ao CIMI a lei diz que é entre 0,2% e 0,5% e a proposta da câmara é de 0,3%, muito próximo do limite mínimo. Acrescentaremos que, em primeiro lugar, devido á esperada lei das finanças locais, não é curial alterar as taxas que, por si, não são nada injustas. Em segundo lugar, não poderíamos alterar taxas ou diminuí-las, sobretudo porque foram aprovadas no ano anterior medidas de isenção para jovens, já que o próprio estatuto dos benefícios fiscais prevê algumas isenções e porque, por mera cautela, para o próximo ano, são de manter as taxas. Se me dizem que há novas avaliações e que houve aumentos os números estão aí, não são significativos. O sacrifício que se vai pedir não é grande, porque estamos muito próximos das taxas mínimas e o que há que fazer com o dinheiro é muito, aí sim, sejamos exigentes, queiramos que se façam coisas.”-----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Sobre esta matéria é público e conhecida a nossa posição há uns anos a esta parte. Em relação a este assunto entendemos que não é motivo para que sejam os munícipes a ser as grandes fontes de financiamento das autarquias, entendemos que essa é uma competência da administração central, é uma obrigação do estado suprir as necessidades financeiras das autarquias para as funções e competências que lhe estão atribuídas, e, é também competência das autarquias procurar fontes de financiamento alternativas para muitos dos seus projectos e das suas obras. Nesta lógica, no ano passado, o PSD apresentou uma proposta de redução do valor destas taxas, que acabou por ser aprovada, o que significou na altura que tínhamos razão quando decidimos pela descida das taxas. Se olharmos para os valores que nos são finalmente indicados, de aproveitamento ou de valor já arrecadado pela autarquia, estou em condições de dizer que, são altamente significativos porque falta aqui a segunda prestação que está a ser cobrada durante este mês de Setembro, se em relação a 2005 neste momento e antes da segunda prestação já foram colectados pela autarquia mais de 2000 euros, significa que, faltando a segunda prestação, estaremos muito próximo do dobro do valor a colectar em relação a 2005. Em relação ao

IMT a situação é ainda mais significativa, uma vez que, durante todo o ano de 2005 foram colectados 63.900 euros e neste momento, já vamos em 109.000 euros. Nesta lógica e ainda a crescer a este facto, atento às palavras do Senhor Deputado Martins da Fonseca numa sua intervenção, aqui feita, á minutos atrás quando se discutiu a proposta da lei das Finanças Locais, foi o senhor deputado que disse para a Senhora Deputada Ilda que, faça bem as contas, com a nova lei das Finanças Locais, Belmonte vai receber mais dinheiro. Temos aqui um acréscimo de financiamento ao município de Belmonte, juntando tudo isto, nós entendemos que num município desprotegido de alguma forma, carenciado de incentivos á fixação das populações, á minimização dos seus prejuízos e encargos, ele deve ser competitivo com os outros municípios á volta, como por exemplo, neste contexto o PSD subscreve a proposta dos senhores vereadores do MPB com uma alteração que para os prédios urbanos que a taxa seja de 0,5%, porque entendemos ser de justiça elementar que a autarquia possa contribuir para minimizar algumas das dificuldades pela qual passam muitos municípios deste concelho, aqui possa dar um contributo.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que: -----

-----“Se o Senhor Deputado José Carlos lesse o documento com atenção não diria aquilo que disse, uma vez que o município de Belmonte, em período igual ao do ano passado, teve apenas um acréscimo de 1500 euros e não de milhares, como foi dito. Sendo assim limitamo-nos unicamente a respeitar os valores das taxas aprovados no ano anterior. -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) no seguimento da anterior intervenção disse: -----

-----“Que o PSD não se sente bem com a política deste governo já o sabemos! Com esta proposta, que eu me atrevo a chamar de demagógica, que não vejo razão para ela querer beliscar a lei das finanças locais que ainda não foi publicada, que ainda está aberta a discussão pelo que ainda pode sofrer alterações e ajustamentos. Relativamente á lei das finanças locais, continuo a dizer que, não se perspectiva nenhuma diminuição da atribuição de verbas em relação ao município de Belmonte. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** alertou para o facto que, de acordo com o ponto 2 do artigo 35º do regimento as reuniões, só se poderá prolongar para além das 24 horas salvam deliberação expressa pelo plenário, tendo sido deliberado continuar a sessão. -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse: -----

-----“Se de facto, em relação ao IMI, a informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal é correcta sob o ponto de vista temporal, não deixa de ser verdade a análise que eu fiz em relação ao IMT em que já vamos praticamente no dobro do valor colectado. Em relação á intervenção anterior do senhor deputado já vai sendo tempo de lhe dizer o seguinte: essa coisa de fazermos juízos de valor sobre propostas, sobre intervenções ou sobre posturas dos outros é, na minha opinião, muito feio. Os juízos de valor sob o ponto de vista ético devemos faze-los a nós próprios, e, se entendermos torná-los públicos acho muito bem, obviamente isto não significa que não se devam discutir propostas, ideias, sugestões ou o que quer que seja, mas no sentido literário do seu conteúdo e da sua interpretação, agora fazer juízos de valor sobre aquilo que cada um de nós pensa quando aqui apresentamos uma ideia, não lhe o autorizo. O senhor quando aqui vem e apresenta a sua intervenção, de qualquer que seja a ideia ou proposta, está a fazê-lo no melhor das intenções sob o ponto de vista do benefício deste município, admita que todos nós, que aqui estamos, também o fazemos da mesma maneira. Respeitemo-nos e façamos todos com a mesma intenção, espírito e dedicação por este concelho, critiquem – se as ideias as medidas mas não se façam juízos de valores intencionais sobre cada um que aqui vem.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) em direito de resposta disse: -----

-----“Serei mais contundente ainda, vossa excelência parece que vê fantasmas. Eu digo aqui o que, politicamente, entendo correcto, não sou daqueles que não querem deixar ler as propostas. Isto porque, numa sessão anterior, um elemento da sua bancada chamou-me malcriado por querer ler uma proposta que ia votar, que por sinal desapareceu da acta. Discordo plenamente da forma como intervêm e da forma como apresentam as vossas ideias, é um direito que me assiste. A minha maneira de apresentar as coisas está sujeita a vossa opinião e á vossa discordância, nunca houve aqui da minha parte falta de respeito por quem quer seja houve sim quem me chama-se malcriado por querer ver o texto de uma moção que se iria votar.” -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) em direito de resposta disse:

-----“Para começar, o Senhor Deputado Martins da Fonseca quando estava a referir “não sou daqueles” era certamente para a minha pessoa, mais valia que o tivesse dito directamente apontando o dedo, porque o que o senhor disse é mentira. Para lhe fazer um exercício de memória, vou apenas lembra-lhe o que se passou nessa assembleia e que consta, efectivamente, da acta: após a apresentação de uma moção nos termos regimentais, entregue á mesa nos termos regimentais, o senhor deputado veio aqui fazer aquilo que o senhor deputado José Carlos lhe criticou agora mesmo, veio aqui fazer, em tom jocoso, em tom de gozo veio aqui brincar com a proposta que estava em cima da mesa e quando lhe disse que o senhor era malcriado foi porque estava rigorosamente a fazer aquilo que agora foi condenado, estava aqui lendo ponto por ponto, gozando ponto por ponto, quando tinha sido apresentada uma proposta séria. Quando lhe disse que o senhor não tinha o direito de o fazer foi nestes termos e é o que consta da acta. O senhor não pode vir aqui mascarar o que é o passado desta assembleia, porque o que se passou foi rigorosamente isto, agora, mais uma vez, mostrou afinal que é daqueles que aponta aos outros. Foi aqui apresentada uma proposta e o senhor pegou nela disse-a, ponto por ponto, num tom jocoso e de gozo. O que eu lhe disse foi para não ser malcriado, que avaliasse as ideias, a proposta e não dissesse que está bem ou mal escrita ou fazendo juízo de valor, que não lhe são de direito e que não deve faze-los. Isto foi, rigorosamente, o que se passou, e quero dizer-lhe que voltaria a fazê-lo da mesma forma que o Deputado José Carlos o acabou de fazer e alertando-o para posições como estas. Temos que ser objectivos naquilo que dizemos e não vir aqui brincar com as propostas, dando um ar de eloquência e não venha atirar para cima dos outros as suas próprias atitudes.” -----

-----**Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse ainda: -----

-----“As acções ficam para quem as prática, viram o modo do senhor deputado, diga-me então que foi mentira, eu faço-o ir provar que foi mentira e provo-lhe que foi verdade. Não falei em tom jocoso da sua proposta, apenas pedi ao senhor presidente que me a mostrasse para eu poder falar de cada uma das alíneas, mas o senhor não queria que eu visse a proposta, queria que a aprovasse ás escuras.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar á votação para Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2007-----

-----A Assembleia deliberou, por maioria, com 10 votos a favor do PS, 7 votos contra do PSD e com a abstenção da Senhora Deputada da CDU, aprovar para o ano de 2007 as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis: Taxa para os prédios Urbanos 0,6%; Taxa para os prédios Rústicos 0,8%, Taxa para os prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,3% e 30% de majoração para os edifícios degradados. -----

-----**4 – 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente tendo havido intervindo o Senhor Município José Armando Amaro dos Santos. -----

-----O Senhor José Armando Amaro dos Santos questionou o Senhor Presidente da Câmara em que situação se encontrava a Revisão do PDM, e para quando passava á discussão pública. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu o Senhor município dizendo que:-----

-----“A Revisão do PDM do Concelho de Belmonte está a decorre de acordo com os tramites normais, e terá a discussão pública a seu tempo.”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta. -----